

ASOCIACIÓN URUGUAYA DE HISTORIA ECONÓMICA 5TAS JORNADAS DE INVESTIGACIÓN

Simposio

18- Mercado y mundo del trabajo en Uruguay y América: evolución en el siglo XX

A atuação de militantes comunistas nos conflitos de terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964

Leonardo Soares dos Santos
Professor Adjunto de Ciências Sociais
COC/ESR/UFF
leossga@gmail.com

Os militantes da “cidade”

Quando o assunto é o papel da militância política, e no caso em tela, aquele que se dava no Sertão Carioca, temos de se perguntar primeiramente: que militantes eram esses? Não é muito difícil perceber que eles eram em grande parte quadros do PCB. Mas então uma outra pergunta se faz necessária: qual a influência que esses quadros tiveram nos conflitos de terra na região e, de forma mais específica, no processo de mobilização e organização dos pequenos lavradores cariocas. Sua resposta, e é essa a única certeza que podemos ter, não é nada simples. Há os que defendem que o alcance da atuação do PCB foi muito grande entre os camponeses, em que pese os vários “erros” e “fracassos”. Esse é o tipo de fala muito comum entre ex-militantes.¹ Do outro lado, há aqueles que proclamam ter sido ínfima a influência dos pecebistas, fiando-se no fato de que era “um

¹ ver WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; LEANDRO, José. Depoimento. Fortaleza:s/ed., 1988. SILVA, Lyndolpho. Também merecem destaque os depoimentos de ex-militantes contidos em CUNHA. *Aconteceu longe demais...*

partido pequeno, urbano, clandestino e perseguido”.² A meu ver, em primeiro lugar, os dois lados pecam pela falta de um certo distanciamento exigido pelo trabalho de crítica histórica; em seu lugar, tem-se um discurso visivelmente preocupado em marcar posição em face de um “acerto de contas” com o passado do antigo Partidão. Em segundo, as duas versões, mas principalmente a segunda, passa ao largo de questões importantes para o entendimento dos problemas e desafios reais que eram colocados pela própria relação entre PCB e segmentos sociais do campo. Ao invés de guiarmos nossa análise sobre a atuação do PCB por meio de binômios do tipo eficácia/ineficácia, revolucionária/ reformista ou simplesmente detectar se as orientações do partido estavam de acordo com os “verdadeiros” anseios dos camponeses, julgamos importante analisar, antes de tudo, *como* se desenvolveu essa relação.³ Em vista disso, cabe então perguntar às nossas fontes: em que condições se deram os primeiros contatos entre militantes e lavradores? Quem eram esses militantes? Qual sua origem? Que tipo de ocupação profissional tinha antes de ir para o campo? Qual a sua posição na máquina partidária? Qual sua relação com correntes internas do partido e a qual pertencia?

No caso do Sertão Carioca, há poucas informações sobre a forma como se davam os primeiros contatos de militantes, especialmente os comunistas, com os pequenos lavradores. O que se tem são indícios que nos levam acreditar que os espaços tradicionais de sociabilidade da região (vistos no capítulo 2) tinham importante papel no contato entre eles. Um primeiro conjunto de indícios se refere ao contato que esses lavradores tinham com outros agentes. Era num armazém ou num botequim que os lavradores travavam os primeiros contatos com jornalistas, como foi o caso dos repórteres do comunista *Imprensa Popular*, encarregados de apurar informações sobre a ameaça de despejos contra dezenas de famílias de lavradores da localidade do Rio da Prata do Mendanha. Todos os lavradores que a reportagem entrevistou estavam reunidos no armazém da estrada do Guandu do Sena.⁴ Foi também no quintal do armazém de José Maria Garcia, que um juiz teria reunido todos os “sitiantes” da fazenda Curicica para lhes notificar publicamente sobre sua decisão envolvendo o litígio entre pretensos proprietários naquele lugar.⁵ Penso que isso também se desse no caso dos militantes da “cidade”.

Tal possibilidade torna-se mais crível quando passamos a ver como eram as “abordagens” desse tipo de militante em diferentes regiões do país. Aliás, a semelhança entre elas é bem nítida. Irineu Luís de Moraes conta que fazia as primeiras “ligações” com os “camponeses” num botequim, pois era, sem dúvida o principal ponto de encontro, tanto assim que até os que não bebiam “pinga” o freqüentavam.⁶ Às vezes,

² PEDROZA, Manoela (2003). *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de mestrado em História. p. 147.

³ Tomamos por base as reflexões desenvolvidas em MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (1995). *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado - IFCH, UNICAMP. Campinas. (Especialmente a Introdução)

⁴ *Imprensa Popular*. 11/11/1953. p. 8. O mesmo aconteceu com a reportagem d’O Globo em Pedra de Guaratiba, *O Globo*, 07/07/1951. p. 1.

⁵ BRASIL, Etienne (1953). *A fazenda de Santo Antonio da Curicica*. Rio de Janeiro: s.n.t. p. 16.

⁶ Embora extenso, não podemos deixar de citar esse precioso relato de Irineu acerca do início do trabalho de organização dos “camponeses” de Valparaíso, distrito de Araçatuba(SP): “Tem que andar bastante, e eu freqüentava a periferia da cidade à tarde, aos sábados e aos domingos de manhã. Lá tinha um boteco chamado ‘Boteco Da Ponta da Rua’ que era até perigoso, brigaiada. Sempre tinha três ou quatro camponeses ou trabalhadores da roça. Alguns deles bebiam uma pinguinha: um estava bebendo, outro não estava. Então eu chegava e procurava uma solução para entrar em conversa. Pedia uma pinga também: ‘Dá uma pinguinha aí’. Eu pedia com *fernet* ou sem *fernet*, com vermute ou sem vermute, qualquer coisa

havia o caso de alguém da própria localidade servir de elo entre o militante e o grupo de lavradores. Ferdinando de Carvalho, num livro que escreveu baseado nas informações que colheu para a produção dos famosos IPMs,⁷ relata um fato ocorrido na Baixada Fluminense envolvendo a organização dos posseiros para a luta pela terra. Neste relato vemos o “compadre” Jonas convidar Serapião Costa para ir ao “armazém do Azambuja”, para ouvir “um moço da capital”. Serapião concordou e para lá se dirigiu, “montado na sua mula baia”. Ao chegar viu que “o galpão ao lado do botequim estava cheio de lavradores”. Os quais junto com ele teriam ouvido do “advogado da capital” a seguinte mensagem:

- Eu trago aqui a palavra de Julião. Nós vamos unir todos vocês e fundar uma Liga Camponesa para defendê-los, como está acontecendo em todo o interior. As Ligas Camponesas estão nascendo para defender nossos direitos e fazer uma Reforma Agrária justa e radical.

- A terra deve pertencer ao lavrador (...), não vamos abandonar as terras que os ‘grileiros’ dizem que são deles. Não vamos permitir que eles tomem as nossas terras. Vamos lutar e nos defender com unhas e dentes.

Além de fazer o convite à Serapião, Jonas também deu a ele um exemplar do jornal “A Liga”, órgão oficial das Ligas Camponesas, e que lhe teria ajudado a ver que a campanha de Julião era “acertada”, “porque ele defendia o pobre contra o rico, os direitos dos posseiros contra ‘grileiros’, autoritários e invasores”.⁸

Lyndolpho Silva, destacada liderança sindical (foi um dos fundadores da ULTAB e posteriormente da Contag) e que começou sua militância no Sertão Carioca junto aos “posseiros” da fazenda Coqueiros, em Santíssimo, destaca a importância de outros espaços de sociabilidade (“vendas”, festas, quermesses) para a arregimentação de lavradores: “fazia-se uma reunião com dois ou três deles na fazenda, aqueles que já aceitavam mais nossos contatos realizados num encontro no botequim, no dia da compra, nas festas, na quermesse, nos pontos de aglutinação dos centros maiores.” Lembra ainda que também faziam contato com os lavradores nos bailes e “festinhas de aniversário”, nas feiras, quando iam beber a “sua pinga” e no futebol.⁹

Os associados da Liga Camponesa de Jacarepaguá, entidade ligada ao PCB, talvez tivessem essa intenção, além de arrecadar fundos para a Campanha Pró-Imprensa

– e oferecia para o camponês. Mas eles eram muito tímidos e recusavam: ‘Não senhor, muito obrigado’. Mas eu insistia: ‘Tome um pouquinho sim’. Insistia, insistia, e um e outro tomava. Aí eu falava: ‘Dá mais aí. Vocês estão com esse pouquinho aí, toma mais...’. No domingo seguinte eu voltava lá, encontrava de novo com alguns daqueles e eles entravam em contato comigo com maior liberdade. Então eu oferecia pinga para eles e eles ofereciam para mim. Eu falava: ‘Não, mas você pode beber que eu pago’. Naquele contato com eles eu dava uma entrada no problema da luta”. – WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 125-6.

⁷ Os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) foram abertos pelo Exército logo após o Golpe de 64 e visava enquadrar os supostos “agentes da subversão”.

⁸ CARVALHO, Ferdinando de (1977). *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Bibliex. pp. 132-133.

⁹ SILVA, Lyndolpho (1994). “Entrevista”, In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2. pp. 83-4. Um espaço também utilizado na Baixada Fluminense para esse tipo de atividade foi o “terreiro”. José Pureza diz que se aproveitou da grande afluência de trabalhadores que iam ao “terreiro” que dirigia para começar o trabalho de arregimentação para a Comissão de Lavradores, uma organização também por ele criada em Xerém. PUREZA, José (1982). *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero. pp. 21-2.

Popular, ao organizarem uma “grande feira-livre” na Praça Seca, em meados de outubro de 1946, para a venda de gêneros produzidos por “camponeses, sitiantes, fazendeiros e criadores”. Ademais, esta feira, ao colocar em contato direto produtores e consumidores, eliminando a presença de “intermediários”, seria uma experiência e demonstração prática “das vantagens das cooperativas de produção”.¹⁰ É muito provável que isso também ocorresse com outros tipos de evento no Sertão Carioca, pois condições havia para isso. Temos, por exemplo, poucos mas preciosos relatos deixados pela própria polícia política da época.¹¹ No final de 1943, alguns de seus agentes diziam ter tomado conhecimento sobre “reuniões suspeitas” que ocorriam no Club Jacarepaguá, localizado no Largo do Pechincha.¹² Em outro clube, o presidente do Nova Estrella, localizado também em Jacarepaguá, teria no final da década de 40 “a pretexto de bailes e festas” reunido “elementos do extinto *Partido Comunista*”, os quais também vendiam jornais comunistas como *Voz Operária* e *A Cidade* “à vontade” na Praça Barão da Taquara (atual Praça Seca).¹³ Era comum, na década de 60, que eventos promovidos pela Associação Rural de Jacarepaguá fossem realizados na sede do Jacarepaguá Tênis Clube, como foi o caso da *Conferência* organizada por lavradores do bairro, “apoiados por todo o povo”, para discutir “todos os seus problemas”.¹⁴ Eros Martins Teixeira, antigo militante do PCB, informa-nos que o partido realizava muitas festas para arrecadar fundos em sítios que pertenciam a lavradores, os quais também eram militantes do PCB. Cita os exemplos dos “lavradores” Resende, de Sepetiba; Zé Neto, de Campo Grande; e de Gonzaga e Zulamar Bonozo.¹⁵

Lyndolpho Silva diz que para fazer o contato o militante às vezes se passava por vendedor ou mascate: “Entrávamos com um badulaque, vendendo linha, agulha, e ficávamos como vendedores até escurecer”.¹⁶ Pedro Coutinho Filho, um dos militantes do PCB mais atuantes na região, parecia ter um conhecimento razoável desse tipo de técnica. A polícia política afirmava, por exemplo, que para “melhor difundir a doutrina comunista”, ele tinha sido “encarregado, em abril de 1947, de instalar aparelhos de calda de cana e bancas de jornais nas proximidades de quartéis e fábricas”.¹⁷ Assim como Lyndolpho não deixa claro se chegou a fazer aquele tipo de contato no Sertão Carioca, não podemos assegurar também que Pedro Coutinho tenha utilizado esse tipo de recurso junto a fazendas e sítios da região. Contudo, também pensamos ser muito provável que esse tipo de iniciativa tenha ocorrido por lá.

¹⁰ Classe Operária, 28/09/1946. p. 6. O papel das Cooperativas como pólo de atração de “camponeses” também é destacado por José Pureza para o caso da Baixada Fluminense: “A primeira providência tomada pela ‘Associação’ foi criar uma Cooperativa de consumo. Ela vendia os produtos mais baratos, e desta forma atraía os camponeses das redondezas, que começaram a conhecer melhor nossa organização”. PUREZA, José. Op.cit., p. 28.

¹¹ Em 1944 a Polícia Civil do Distrito Federal era transformada em Departamento Federal de Segurança Pública(DFSP). A partir de 1946, passou a ser de sua competência a infração de infrações penais “que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem e a organização do trabalho”, SOMBRA, Luiz Henrique (1997). “Ruptura ou permanência?”, In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ. Em 1962, o DFSP, cujo âmbito era nacional, dava lugar ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de jurisdição restrita a cada unidade da Federação. REZNIK, Luís e PEREIRA, Márcia Guerra (1997). “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS e sua evolução administrativa – 1955 a 1983”, In: idem. p. 43.

¹² APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo – Dossiê nº 7. Coincidentemente, poucos anos depois, a Liga Camponesa do Distrito Federal, ligada ao PCB, teria sua sede estabelecida neste mesmo local.

¹³ APERJ. Fundo DPS – dossiê: “Comitê Distrital de Jacarépaguá”, fl. 4.

¹⁴ Luta Democrática, 01/10/1961. p. 1.

¹⁵ Depoimento prestado ao autor.

¹⁶ SILVA, Lindolpho. Op. cit. p. 84.

¹⁷ APERJ. Fundo DOPS – Série Informações: “memorando nº 69/62”.

O contato também podia se dar via *célula*, pequena unidade organizativa, de tipo âmbito bem restrito que o PCB estabelecia em fábricas, bairros e ruas. Havia muitas delas no Sertão Carioca, principalmente em Jacarepaguá e Campo Grande. Das que pudemos recolher alguma documentação, sendo todas elas de Campo Grande, pudemos constatar que a participação de lavradores era muito pequena: na *célula* “Bento Gonçalves”, por exemplo, entre seus sete membros – incluindo o secretariado – só um tinha se declarado lavrador;¹⁸ na *célula* “Senador Camará”, dos 21 membros, apenas três eram lavradores, sendo que na verdade, um deles tinha se declarado “agricultor”;¹⁹ proporção bem menor se verifica na *célula* “Rocha Faria”, que tinha apenas 1 lavrador entre seus 21 membros, e que era inclusive o secretário de Educação e Propaganda.²⁰ Penso que teríamos que analisar um número bem maior de *células* da região, senão todas, para termos uma conclusão mais segura sobre a representatividade desse tipo de organização entre os lavradores e, conseqüente-mente, a possibilidade de ter se constituído num canal de aproximação entre militantes do PCB e lavradores. Mas se encararmos tais *células* como um espaço de socialização de experiências, mormente os relativos à organização e atuação políticas, e tendo em vista a possibilidade desses lavradores terem compartilhado aspectos dessas experiências com lavradores que com eles viviam e trabalhavam na mesma localidade, talvez não devêssemos – ao menos por agora – deixar de explorar algumas indicações fornecidas pela pequena documentação dessas *células*.

Uma delas é a relativa diversidade religiosa de seus membros, excluindo-se é claro os ateus, agnósticos ou “sem religião”. Tinha-se nessas células comunistas, desde católicos, evangélicos até espíritas. Também havia o caso de José Francisco da Silva, lavrador, que declarou ser sua religião a “Bíblia”. Tal diversidade também se verifica quando analisamos a questão da ocupação profissional de seus membros. Sendo membro de uma *célula*, o lavrador tinha oportunidade de travar contato com várias pessoas que exerciam ocupações urbanas como marceneiros, estucadores,²¹ diaristas, pintores, técnicos administrativos, carpinteiros, lapidários, bombeiros-hidráulicos, funcionário público, rádio-telegráfico, sapateiros, farmacêuticos, maquinistas, operários, motoristas, pedreiros, operários da construção civil, auxiliares de escritório, garçons, trabalhadores “por conta própria”, ferroviários e até mesmo um agente do Serviço de Malária. E um outro aspecto que merece de nossa parte uma especial atenção é que boa parte dessas pessoas trabalhava no centro da cidade. Nesse sentido, a socialização de que falamos acima provavelmente não consistia apenas das discussões em torno das idéias e diretrizes do partido, mas também do que acontecia na “cidade”. Aliás, é importante que se frise, estamos falando de uma cidade que nessa época era marcada por uma intensa dos trabalhadores no movimento sindical, realizando inúmeras greves e manifestações de rua.²²

¹⁸ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Bento Gonçalves”.

¹⁹ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Senador Camará”.

²⁰ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Rocha Faria”.

²¹ Nome que designava aquele que trabalhava com estuque, massa preparada com gesso, água e cola.

Muito usada para revestimentos e ornamentos.

²² Para Marcelo B. Mattos (1998), vários são os elementos, tanto de ordem quantitativa (número de sindicatos e percentual de trabalhadores sindicalizados) como de ordem qualitativa (número de greves, visibilidade dos sindicatos pela opinião pública, etc.), que comprovam que o movimento sindical viveu entre meados da década de 50 e o golpe de 64, uma “fase de ascensão”. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura. p. 122.

A política repressiva imposta aos comunistas pelas autoridades governamentais não era a única fonte das dificuldades presentes no trabalho dos militantes junto aos segmentos do campo. Talvez fosse a principal, e isso não podemos de forma alguma desconsiderar, ainda mais porque estamos tratando de uma região localizada na cidade que talvez tivesse na época a maior concentração de aparelhos do aparato repressivo governamental. Mas é também verdade que parte dessas muitas dificuldades (e desconfianças) eram colocadas por parte do próprio segmento que os comunistas se propunham “defender”. As antigas lideranças que atuavam no campo são unânimes em apontar a dificuldade de revelarem aos camponeses a sua verdadeira identidade política e ideologia. Perguntado se ele e outros militantes do PCB campo diziam que eram comunistas, Lyndolpho Silva responde: Não. Era nome feio em alguns casos. Às vezes podiam aceitar, mas comumente se alguém dizia que aquele cara era comunista (...) se apavoravam. Trabalhávamos como sindicalistas”.²³

Dificuldade idêntica é mencionada por Irineu Luís, notória liderança camponesa do interior paulista. No início de seus contatos com os camponeses uma coisa que fazia questão de evitar era “falar na Rússia de cara”. Segundo ele, pelo fato dos camponeses ainda estarem “com a religião na cabeça”, era conveniente que não revelasse as suas ligações com o PCB :

*Eles pensavam que o partido comunista liquidaria a religião. Então, precisava ter muito cuidado. Depois que eles entendiam mesmo que rezar todo dia não tinha importância, e que ser comunista era também rezar, podia ser feito o trabalho, dar as tarefas. Por mais atrasados que fossem, eles aceitariam.*²⁴

Passemos então a tratar com maior pormenor sobre a trajetória de um dos homens que mais se destacaram no enfrentamento desses obstáculos no Sertão Carioca, falo de Pedro Coutinho Filho.

As lutas e lides de “Cícero”

De todos os militantes que atuaram foi de longe o que mais mereceu a atenção dos órgãos de informação da polícia política, do “farto dossier” (sic) produzido sobre ele é que colhemos boa parte das informações que aqui apresentamos.²⁵ Pedro Coutinho nasceu em 10 de junho de 1901. Era professor, engenheiro civil e advogado. Ingressou no PCB em 1935, mas só começou o trabalho como militante dois anos depois, possivelmente foi nesse momento que recebeu o codinome “Cícero”. Por sua atuação esteve preso de 13 de janeiro a 12 de julho de 1937, e de 3 de dezembro de 1937 a 4 de junho de 1938, por ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 1 ano de “prisão celular”. Por suas “atividades comunistas” esteve novamente preso entre 25 de março de 1940 a 29 de agosto de 1940. Trabalhou, profissionalmente falando, por muito tempo em Jacarepaguá, fator que talvez tenha pesado na decisão (dele ou do partido) de escolher o Sertão Carioca como área de atuação, muito embora não tenha se

²³ SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”, p. 84.

²⁴ WELCH, Clifff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes, p. 154.

²⁵ APERJ. Fundo DOPS. Série Sindicato: Sociedades Civis, n. 72; Série Informações, n. 34: “memorando nº 69/62”.

restringido a ela. Justamente o que mais nos chama atenção na sua trajetória é a diversidade de campanhas e organizações comunistas de que tomou parte (e às vezes a frente) em diferentes regiões. Além de Jacarepaguá, atuava também em Nova Iguaçu e no subúrbio da Leopoldina (Zona Norte). Integrou quase que de forma simultânea as seguintes organizações: década de 40 - Comitê Distrital de Jacarepaguá, Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá, Liga Camponesa de Jacarepaguá, Liga Camponesa do Distrito Federal, Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu; década de 50 - Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo(CEPDEN), Comissão Executiva Pró-Reforma Agrária, a Liga de Emancipação Nacional e a Associação Rural de Jacarepaguá. Em função disso, Pedro Coutinho esteve na linha de frente de Campanhas como as da nacionalização do petróleo, da Reforma Agrária, da Imprensa Popular e pela defesa da posse da terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Além de ser simples membro, Pedro Coutinho exercia cargos de direção em algumas daquelas organizações. Foi o primeiro presidente do Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá, fundado em junho de 1945, e posteriormente fez parte do seu Conselho Fiscal e da Secretaria de Massa Eleitoral, chegando a se tornar seu presidente de honra. Foi também presidente da Liga Camponesa de Jacarepaguá e membro da diretoria da Liga Camponesa do Distrito Federal.

Segundo o agente da polícia política encarregado da produção de seu dossiê, essa ampla inserção de Pedro Coutinho em diferentes campanhas e organizações comunistas e, principalmente, a posição de direção que exercia em várias delas se daria pelo fato de estar “estritamente ligado ao líder e chefes comunistas no país”, tanto assim que foi “um dos organizadores e oradores de vários comícios do líder LUIZ CARLOS PRESTES e outros chefes comunistas”. Exagero ou não, o fato é que Pedro Coutinho parecia usufruir boa relação com homens bem situados na estrutura partidária do PCB, pois além de ocupar posições de direção daquelas entidades locais era também um dos dirigentes do CEPDEN, organismo de âmbito nacional que se ocupava de uma das principais frentes de luta do partido na década de 50, o da nacionalização do petróleo, que tinha como lema “O Petróleo é nosso”. No final de outubro de 1951, era ele quem presidia a “conferência sobre Petróleo e defesa da Economia Nacional” realizada em Grajaú.

Mas foi no exercício da função de advogado das entidades sediadas em Jacarepaguá que Pedro Coutinho deve ter despertado real interesse por parte dos pequenos lavradores. É provável também que muitos deles tenham se filiado àquelas entidades justamente por poder contar com serviços jurídicos, tendo para isso apenas que pagar uma módica quantia cobrada a todos os seus sócios. Ao menos, essa era a expectativa de muitos sócios da Liga Camponesa de Jacarepaguá, na década de 40, e da Associação Rural de Jacarepaguá, nas décadas de 50 e 60. E em todas elas Coutinho foi o seu advogado. Ele também foi advogado da Associação de Lavradores de Campo Grande e Guaratiba, onde tinha entre seus clientes Manoel Ferreira, objeto de uma ação movida pelo “grileiro” Joaquim Rodrigues Pazo. Foi também um dos procuradores, junto com Heitor Rocha Faria, da comissão do Distrito Federal da I Convenção Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1953, eleita para participar dos trabalhos da Convenção Pela Emancipação Nacional, no ano seguinte.

Mas há um outro ponto importantíssimo presente na atuação de Pedro Coutinho (e na dos militantes comunistas de uma maneira geral): a inserção que tinha na estrutura partidária, possibilitou-lhe, entre outras coisas, atuar em diferentes campanhas e integrar

a direção de diferentes organizações, favorecendo a realização de um objetivo que era muito caro ao PCB numa época de grande competição política com os setores ligados ao trabalhismo de Getúlio Vargas, especialmente o PTB: a unificação ou, ao menos, a integração desses movimentos numa frente comum de luta, de modo que isso fortalecesse a imagem do PCB como o principal partido das classes trabalhadoras.²⁶ Nesse caso, ela poderia se dar sob a forma de manifestações de apoio, solidariedade e mesmo de adesão, entre membros de diferentes lutas ou campanhas. Esse talvez tenha sido o principal capital político que Pedro Coutinho tentou obter junto aos lavradores organizados naquelas entidades, procurando, a todo momento, fazer com que eles encampassem as bandeiras de outras campanhas do partido e, em contrapartida, fazer com que essas outras campanhas tomassem como suas as reivindicações dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Essa parece ter sido a sua grande tarefa ao participar como convidado especial da Assembléia organizada por posseiros de Curicica em comemoração a uma vitória que obtiveram contra “grileiros” na justiça. Nela Coutinho teria conseguido a adesão desses posseiros à Convenção pela Emancipação Nacional, chegando a eleger para tanto uma comissão encarregada de acompanhar os trabalhos preparatórios desse evento. Mas não sem antes assegurar a eles que “nenhuma questão de importância para a vida do país escapará à discussão e à análise” da Convenção. “Assim, os problemas mais sentidos dos Lavradores, inclusive os de Curicica, serão ventilados”.

Dois anos depois vemos Coutinho tentar unificar a pauta do movimento dos lavradores do Sertão Carioca com outros movimentos, e conseqüentemente obter seu apoio. Foi o caso da reunião, por ele presidida, da Comissão Executiva do Distrito Federal Pró-Reforma Agrária, na sede da Liga da Emancipação Nacional. Nessa reunião ele conseguiu reunir dois deputados, algumas lideranças sindicais como Lyndolpho Silva, representantes do Sindicato dos Têxteis e representantes das Associações de Lavradores de Jacarepaguá e de Coqueiros. As medidas discutidas foram a coleta de assinaturas pela Reforma Agrária, cuja cota determinada foi de 320 mil, e a colaboração da Comissão ao II Congresso de Lavradores do Distrito Federal.

Em outubro de 1955, às vésperas das eleições presidenciais daquele ano, o jornal comunista *Imprensa Popular*, demonstrando ter certeza de que Pedro Coutinho tivesse sua atuação reconhecida pela grande maioria dos lavradores do Sertão Carioca, chamou-o de “líder camponês”. Foi nesta condição que ele conclamou “seus companheiros de profissão [os “camponeses” cariocas] a votar em J-J” (chapa presidencial composta por Juscelino Kubitschek e João Goulart). Só “com êles”, continuava Coutinho, “teremos o clima desejável para que consigamos vencer os grileiros, a distribuição de terras aos lavradores, títulos definitivos das terras já cultivadas pelos posseiros, revisão dos contratos e fixação à terra, concessão de crédito fácil”, etc.

²⁶ Podemos dizer que o PTB foi o grande adversário do PCB no interior do movimento sindical em particular, e no âmbito das esquerdas em geral, de 1945 a 1955. O suicídio de Vargas e a comoção nacional por ele causado farão com que os comunistas comecem a se aproximar dos trabalhistas. Em 1955 essa aproximação é oficializada com a criação do MNTP – Movimento Nacional Popular Trabalhista, que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por J. Kubitschek e João Goulart. Nos anos subseqüentes tal aproximação resultaria ela mesma numa progressiva indiferenciação entre as linhas políticas dos dois partidos. Quando chega a década de 60, o PCB terá como principais adversários em âmbito nacional, as Ligas Camponesas de Julião e setores progressistas da Igreja Católica, como aquele ligado à Ação Popular.

Curiosamente, a partir de meados da década de 50 até o mais ou menos 1963, não veríamos Pedro Coutinho desempenhar atuação de destaque em eventos públicos organizados por entidades do PCB com a mesma frequência de antes. Seu trabalho parece ter se concentrado na prestação de assistência jurídica às “organizações camponesas” do Sertão Carioca. Sabe-se apenas que Coutinho integrou em 1961 uma Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano, organizada provavelmente após os acontecimentos ocorridos na Baía dos Porcos envolvendo grupos cubanos dissidentes apoiados pelos EUA.

Ele voltaria a se destacar em alguns eventos “camponeses” ocorridos em 1963. Em maio desse ano Coutinho integraria junto com Antônio Caseiro, Teobaldo José Ribeiro, Manoel Rodrigues e Manoel Agapito - presidentes respectivamente das Associações Rurais de Jacarepaguá, Santíssimo, Guaratiba e Mendanha – e outras personalidades, a “comissão promotora” da II Conferência dos Lavradores da Guanabara. Meses depois, em novembro, ele também teria “liderado” uma “concentração” de lavradores em frente a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. O objetivo, segundo ele, era lembrar aos parlamentares que

a gravidade da situação alimentar da população do Estado é, em parte, conseqüência do abandono e miséria em que se encontra o lavrador carioca, sem terra própria, sem auxílio técnico e financeiro, sem mercadoria garantida para os seus transportes e, ainda perseguido pelos exploradores imobiliários e pelos grileiros.

Fazia-se mister que tais parlamentares tomassem não só medidas de urgência, mas principalmente “modificações estruturais” no campo, pois só elas – e isso valia para o restante do país - poderiam fazer com que os lavradores do Sertão Carioca deixassem de ser um “peso morto”.

A atuação de Pedro Coutinho junto às “organizações camponesas” foram suficientes para que aqueles que, segundo a “grande” imprensa, “salvaram” o país do “risco da comunização” com o golpe de 64, incluísse-lo na lista de indiciados do Inquérito Policial Militar nº709, chefiado pelo general Ferdinando de Carvalho, e que tinha por tarefa apurar a responsabilidade de reais e supostos participantes da “onda de agitação e subversão” que pretendia varrer os valores democráticos e cristãos do país. Aliás, Pedro Coutinho era o único de todos esses indiciados que tinha como base de atuação o Sertão Carioca.

Bibliografia

- BRASIL, Etienne (1953). *A fazenda de Santo Antonio da Curicica*. Rio de Janeiro: s.n.t..
- CARVALHO, Ferdinando de (1977). *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Bibliex,
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da (1994). *“Aconteceu longe demais”*. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

- LEANDRO, José (1988). Depoimento. Fortaleza:s/Ed..
- MATTOS, Marcelo Badaró (1998). *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo (1995). *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado - IFCH, UNICAMP. Campinas.
- PEDROZA, Manoela (2003). *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de mestrado em História.
- PUREZA, José (1982). *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- REZNIK, Luís e PEREIRA, Márcia Guerra (1997). “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS e sua evolução administrativa – 1955 a 1983”, In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ.
- SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”. In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2, junho de 1994.
- SOMBRA, Luiz Henrique (1997). “Ruptura ou permanência?”, In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ.
- WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Anexos



Mapa do Sertão Carioca de autoria de Magalhães Corrêa, 1933.

Destrói-se em Poucas Horas Aquilo Que o Camponês Levou Anos Para Construir

Denunciado ontem na Conferência dos Lavradores, o total abandono em que se encontra relegado o trabalhador do campo — Grilheiros cometem crimes e mais crimes contra os lavradores cariocas, afirmou um orador — Presentes numerosos parlamentares e líderes sindicais e estudantis na I Conferência dos Lavradores, ontem instalada na Câmara Municipal

COM o auditório da Câmara Municipal inteiramente lotado, instalou-se ontem a I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal. Além de considerável número de lavradores, estiveram presentes à abertura do congresso os Deputados Aurélio Vianna, João Machado, José Gomes Talarico, Mário Martins e o vereador Hélio Walcacer, o Ministro do Tribunal de Contas da Prefeitura, sr. Alvaro Dias e numerosos representantes de entidades sindicais e estudantis. José

POSSE DA TERRA

Presidiu os trabalhos o professor Albano Marques tendo feito uso da palavra diversos oradores entre os quais o sr. Antonio Cassiro, da Associação Agrícola de Jacarepaguá, que, entre outras coisas, afirmou, com veemência:

— Cometem-se crimes e mais crimes contra os lavradores da zona urbana do Distrito Federal. Com a complacência das próprias autoridades, grilheiros os expulsam de suas terras e destroem em poucas horas



Um aspecto parcial do plenário da conferência dos lavradores, que se realizou no auditório da Câmara Municipal

Nesta manchete publicada no *Imprensa Popular* de 26/04/1958, vemos na foto à direita, Pedro Coutinho Filho.

Diretrizes da reforma agrária

9 APROVADAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
- DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS IM- PRODUTIVAS PERTO DAS GRANDES CIDADES

O Presidente da República, assinando uma Diretriz, em 20 de Setembro de 1952, deu ordem de execução da Lei nº 1.202, de 17 de Setembro de 1952, que dispõe sobre as terras a serem desapropriadas para fins agrícolas e pecuárias no Estado de São Paulo.

Esta Diretriz tem por objetivo a desapropriação das terras a serem desapropriadas para fins agrícolas e pecuárias no Estado de São Paulo.

As terras a serem desapropriadas são as terras que se encontram em situação de improdutividade, isto é, que não produzem alimentos para a população.

As terras a serem desapropriadas são as terras que se encontram em situação de improdutividade, isto é, que não produzem alimentos para a população.

I - PRINCÍPIOS BÁSICOS

1.º - A desapropriação básica de terra em seu artigo 147, que é a lei do proprietário, não constitui um bem social e não é considerada terra de utilidade da comunidade, com ênfase especial para terras de utilidade pública.

2.º - O objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é transferir aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade, de modo a evitar a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

II - DO REGIME AGRÁRIO

1.º - A legislação de terra deve ter em vista o bem comum da sociedade e não o interesse pessoal.

2.º - A legislação agrária deve proporcionar condições para a produção agrícola e pecuária, evitando a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

III - FORMAS E SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO

1.º - A desapropriação de terra deve ser feita de modo a permitir a produção agrícola e pecuária, evitando a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

2.º - A desapropriação de terra deve ser feita de modo a permitir a produção agrícola e pecuária, evitando a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

4.º - TERRAS CONSIDERADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

As terras a serem desapropriadas são as terras que se encontram em situação de improdutividade, isto é, que não produzem alimentos para a população.

As terras a serem desapropriadas são as terras que se encontram em situação de improdutividade, isto é, que não produzem alimentos para a população.

IV - COLONIZAÇÃO

1.º - A utilização de terras desapropriadas para fins agrícolas e pecuárias deve ser feita de modo a permitir a produção agrícola e pecuária, evitando a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

2.º - A utilização de terras desapropriadas para fins agrícolas e pecuárias deve ser feita de modo a permitir a produção agrícola e pecuária, evitando a concentração de terras e a expulsão dos trabalhadores da terra.

(Verde escuro)

Campanha dos comunistas pela reforma agrária. O Mundo, 20/09/1952.

No Programa do P.C.B. Está A Salvação Dos Camponeses

Nestor Vera

O glorioso Partido de Prestes apresentou à nação o seu Programa de Salvação dos Camponeses. Este documento é o de maior importância que o Brasil dos garras do imperialismo norte-americano e do governo de latifundiários e grandes capitalistas.

O projeto de Programa do PCB faz uma caracterização real e clara da situação de miséria, de desemprego e de fome em que se encontram as grandes massas camponesas em nosso país, como resultado do regime semicolonial e feudal em que nos encontramos.

O PCB sempre lutou, honesta e hercicamente, em defesa dos trabalhadores do campo, pela liquidação do latifúndio e a entrega gratuita de suas terras aos camponeses. Mas nunca apresentou uma solução para o problema agrário com tanta clareza e precisão como, agora, em seu projeto de Programa. Isto se explica porque este documento do PCB é uma aplicação do marxismo-leninismo não de forma dogmática, mas de maneira criadora às condições concretas atuais. Nosso Partido abriu radicaes perspectivas de um futuro feliz a milhões de camponeses escravizados pelos latifundiários e pelo imperialismo lanque.

O projeto de Programa do PCB é a bússola das forças do progresso. Com este documento tributário pelo caminho certo e mais rápido. Destruiu as cadeias do atraso e liquidou o atual regime caduco, fazendo florescer nova vida em nosso país.

No Brasil sempre predominou o grande latifúndio, base de apoio do imperialismo norte-americano para nos escravizar. Segundo a Revista "Digesto Econômico" n.º 77 de abril de 1951, que utilizou dados dos censos de 1920 e 1940, havia no Brasil em 1920 448.153 propriedades rurais com uma área de 179.195.000 de hectares. Em 1940, 1.894.889 propriedades com uma área de 197.720.000 hectares.

Houve, assim, em 20 anos, um fracionamento de propriedades. Surgiu dessa época para cá, um número maior de pequenas e médias propriedades. Este fracionamento foi ocasionado pelo desenvolvimento do capitalismo, o que facilitou um pouco o desenvolvimento econômico do país. Mas com isso não houve mudança na estrutura econômica. O mesmo regime de latifundiários e grandes capitalistas que existia em 1920 é o que existe hoje. Apenas os homens exploraram no governo. Se em 1920 a situação de miséria e desespero das massas camponesas era insuportável, hoje, chegou ao auge. Somos quase colônia do imperialismo norte-americano, e o governo de Vargas é um governo de guerra e terror sangrento, um fiel cão de fila dos monopólios lanques.

O projeto de Programa do PCB nos diz que 70% da população brasileira vivem no campo. A esmagadora maioria desta população não possui terra. De acordo com o censo de 1940, da área de 197.720.000 hectares para o número de propriedades já citadas, os camponeses pobres apenas têm 1,5%, os camponeses médios 2%, os camponeses ricos 23,4% e, considerando latifundiários os possuidores de 200 hectares acima, eles têm 73,1% dessa área. Estes somam 120.000 latifundiários, representando 0,2% da população do Brasil. Este número tão reduzidíssimo de latifundiários explora e oprime uma massa de camponeses pobres - milhões de mais de 100 milhões. Mas não é só a estes que esse grupo de latifundiários explora. Ele explora e oprime também os camponeses ricos. Explora e oprime a classe operária e as demais camadas trabalhadoras do país.

Em 1940 existia na agricultura brasileira apenas 601.000 arcos, quase todos primitivos, para obra de 2 milhões de propriedades. Nos campos do Brasil empregam-se os métodos com rota d'água, o mungão, o pilão, a plantação covada com enxada, cavadeira e em muitos lugares com um pau de ponta. Processos arcaicos, introduzidos no país pelos nossos antepassados nos primeiros séculos da colonização do Brasil.

As culturas do milho, feijão, batata e mandioca, base da alimentação de nosso povo, são feitas quase que exclusivamente com trabalho manual, o que não proporciona rendimento satisfatório.

Projeto de Programa. Este documento é o de maior importância que o Brasil dos garras do imperialismo norte-americano e do governo de latifundiários e grandes capitalistas.

Mais de 75% dos nossos agricultores não empregam adubos em suas culturas por falta de recursos para sua aquisição, segundo "Conjuntura Econômica" (número 1 - Janeiro de 1953).

A reforma agrária de Getúlio não modificou em nada a situação existente no campo como muito justamente mostra o Programa de nosso Partido. É um meio de impedir que os camponeses lutem pela terra e do emprego, mata ainda os latifundiários. Continuará o despejo com o objetivo da violência e serão dadas garantias para os latifundiários.

Dito é preciso que se convençam os camponeses.

Para livrar os camponeses da situação penosa em que se encontram e assegurar-lhes terras gratuitas e crédito barato etc., é preciso enfrentar e derrotar os latifundiários. Isto Getúlio não fará porque além de ser o fiel representante dos latifundiários ele próprio é um grande latifundiário. A história nos mostra que nenhuma classe lutou e nem lutará contra si própria. Por isso Vargas não lutará contra sua classe para beneficiar os camponeses sofredores.

A única classe que libertará os camponeses é a classe operária. Esta é a única classe no mundo que, ao libertar-se, liberta também todas as outras camadas e classes exploradas.

Com a vitória do Programa do PCB os camponeses sem terra, os camponeses pobres e médios receberão terras suficientes para trabalhar.

Os camponeses ricos terão suas propriedades garantidas contra qualquer violação. Todos os camponeses terão crédito barato, sementes selecionadas, adubos etc. a preço barato podendo produzir bastante. Terão garantia de preços para seus produtos.

Os assalariados agrícolas terão salários iguais aos operários industriais não especializados.

A trágica situação da grande população camponesa, fome e miséria das regiões assoladas pela seca no Nordeste será resolvida satisfatoriamente.

As medidas apresentadas no projeto de Programa do PCB salvarão as grandes massas humanas da sociedade condenadas à morte horrível pelo governo de Getúlio Vargas.

Com a reforma agrária que o PCB apresenta, salta ganhando não só os camponeses. Ganharão a classe operária e todo o povo que terá abundância de produtos agrícolas. Os camponeses consumirão em grande quantidade os produtos industriais, fazendo aumentar o mercado interno e evitando, assim, as crises.

Por isso, o Programa do PCB não é um documento para os camponeses e sim um Programa dos próprios camponeses, que deverão ser aliados, diretos e defendidos pelos camponeses como a massa dos pobres. Não está o salvação dos milhões de camponeses que sofrem a brutal opressão do imperialismo norte-americano e do governo de latifundiários e de guerra de Vargas.